

PENSE NISTO:

No ano lectivo findo, foram introduzidas algumas modificações ao regime de acesso ao ensino superior. Assim, suprimiu-se o exame de aferição do 12.º ano, criou-se uma prova geral de acesso (PGA), da responsabilidade do Ministério da Educação, que é suposta avaliar o desenvolvimento intelectual dos candidatos, o seu domínio da língua portuguesa e a sua maturidade cultural. Finalmente, as escolas de ensino superior, que assim o entenderam, sujeitaram os candidatos a provas, ditas específicas, da responsabilidade dos docentes das próprias escolas.

No processo de candidatura, implementou-se, ainda, um sistema de bonificações que privilegiava, decrescentemente, as três primeiras escolhas dos candidatos.

Curiosamente, em todos os 22 cursos disponibilizados pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a única prova específica exigida foi a de Matemática e isto, quer se tratasse de um curso de Matemática, quer se tratasse de um curso de Biologia Vegetal ou de Recursos Faunísticos e Ambiente. Também os candidatos aos cursos de Biologia Marinha e Pescas ou de Hortifruticultura, oferecidos pela Universidade do Algarve, tiveram de realizar, única e exclusivamente, uma prova de Matemática.

Não é, então, preciso saber Química para prosseguir estudos num curso de Química Aplicada? Não interessa possuir conhecimentos de Biologia para vir a especializar-se em Biologia Vegetal?

Precisará um candidato às licenciaturas em Hortifruticultura ou em Recursos Faunísticos da mesma bagagem matemática que um outro que pretende prosseguir estudos em Matemática?

Não se põe em causa que todos precisem de saber raciocinar logicamente, que todos sejam capazes de afrontar uma situação problemática e identificar os parâmetros que a definem, que todos saibam seleccionar e procurar a informação necessária à resolução do problema, entretanto identificado, que todos tenham desenvolvido uma atitude investigativa, que todos saibam argumentar a favor ou contra hipóteses formuladas, ..., aliás capacidades necessárias a qualquer cidadão interveniente na sociedade actual.

Não me parece é que, para compreender as estruturas biológicas seja necessário conhecer as propriedades que diferenciam as estruturas algébricas; não me parece é que um licenciado em Química Aplicada tenha que dominar os mistérios das entidades trigonométricas!

Os resultados, tornados públicos na primeira semana de Janeiro, revelam alguns aspectos surpreendentes. Nestes não se incluem, porém, os 15 000 candidatos que viram fechadas as portas do ensino superior, sem que, porém, tenham outras alternativas válidas para além de um mercado de trabalho saturado e para o qual não têm preparação específica.

O que é surpreendente é que as médias de acesso aos diferentes cursos da Faculdade de Ciências e da Facul-

dade de Ciências e Tecnologia, ambas em Lisboa, se situem, na sua grande maioria, abaixo dos 50%! O que nos preocupa é que a média de acesso à opção Ensino seja, quase sempre (excepto em Geologia), inferior à da área respectiva: 67,9% em Biologia conta 46,6% em Ensino da Biologia; 64,5% em Física *versus* 36,6% em Ensino da Física; 47,2% em Matemática contra 29% em Ensino da Matemática.

Uma coisa parece certa: a opção ensino é preterida pelos nossos jovens. E nós que sofremos as péssimas condições de trabalho, que sobrevivemos com salários muito abaixo da média, que temos, no trabalho com os jovens, o único estímulo que nos acalenta, podemos perceber porquê.

Especulemos, agora, um pouco com a média de acesso para o curso de Ensino da Matemática, os tais 29%! Suponhamos, então, um aluno que, nem se esforçou muito, nem teve explicações. Nestas condições, 10 é a média geral mínima que pôde obter, quer no fim do curso complementar, quer no 12.º ano e é, ainda, a média mínima possível a Matemática neste último ano. Admitamos, ainda, que os candidatos não usufruíram de qualquer bonificação, o que extremaria ainda mais a situação.

Atendendo aos pesos atribuídos às diferentes médias e quer analisemos as situações extremas — 40% na PGA e 0% na prova específica de Matemática ou, inversamente, 0% na PGA e 40% na prova específica — ou as diferentes situações intermédias, o quadro não se altera muito, isto é, o candidato, em nenhum caso, mostra deter os pré-requisitos a Matemática, em nenhum caso, revela possuir maturidade cultural, desenvolvimento intelectual e domínio da língua portuguesa para ingressar numa Universidade.

Mas, afinal, quem são os candidatos ao curso de Ensino da Matemática? Para quantos candidatos é essa a primeira opção? Para quantos não constitui, antes, este curso uma opção de recurso que garante a sua entrada nas Universidades? Para quantos destes jovens é, de facto, a actividade matemática uma experiência estimulante? Quantos sentirão a ansiedade perante um problema, quantos experimentarão o júbilo de o ter resolvido? Quantos conduziram, já, uma pequena investigação, quantos argumentaram em defesa de uma conjectura?

Não acreditando que a frequência da Universidade contribua, por si só, para o desenvolvimento intelectual dos alunos, para aumentar a sua cultura geral e para lhes proporcionar o domínio da língua portuguesa, não tendo grandes expectativas quanto à influência da Universidade na modificação das atitudes dos alunos face à Matemática e à sua aprendizagem, pergunto: que vivências se espera que estes futuros professores proporcionem aos seus jovens alunos?

Que futuro para a educação matemática neste país? Pense nisto!

Leonor Moreira